

ATA N.º 15/2021

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2021:

No dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas e treze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 133/DAFRH-DAAG/2021, é determinado que a presente reunião de câmara é extraordinária, e respeita os nºs. 2 e 3, do artigo 3º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal nº 22/2021, de 30 de abril.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, foi convocada, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2020

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2020

PONTO 3 – Tarifas das Jornadas de Arqueologia «Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)» - Ratificação

PONTO 4 – COVID-19 – Apoio ao tecido económico local

Prolongamento da isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para instalação e/ou ampliação de esplanadas

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo ponto que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2020.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_15-21:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2020, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

No exercício de 2020 foi dado cumprimento ao disposto no art. 114.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2020) e implementado o novo sistema contabilístico – SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. A adequação ao SNC-AP resultou numa alteração profunda ao documento de prestação de contas com maior relevância na contabilidade patrimonial.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2020 reflete a consolidação da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2015 (com uma ligeira quebra em 2016), e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2020 e GOP 2020-2023, sendo o valor arrecadado no ano 2020 – 50,2 milhões de euros – cerca de 600 mil euros superior ao valor do ano anterior, o valor mais alto desde 2003. O valor da receita sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos foi de 45,827 milhões, valor inferior ao registado em 2019 – menos cerca de 750 mil euros.

Nas receitas próprias a Derrama (+147,5 mil euros) e as Transferências Correntes e Capital (+3,1 milhões de euros), apresentam um desempenho positivo em 2020. Em sentido inverso as restantes rubricas apresentam uma evolução negativa.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 23,5 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 46,8% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de 819 mil euros, relativamente ao ano 2019.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa (-33,8%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2019. O decréscimo registado (-348 mil euros) decorre em grande medida da diminuição das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas, cerca de menos 233 mil euros.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um decréscimo de 20,6%, (-222 mil euros) em comparação com o valor de 2019.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 50,2 milhões de euros e uma despesa de cerca de 50,1 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de +119 mil euros a que acresce o saldo transitado de 2019 no valor de cerca de 10,4 milhões de euros, transitando para 2021 um saldo de 10,6 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 103,7%, sendo a quarta mais elevada de sempre.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 50,1 milhões de euros, mais 2,7% que no ano 2019, dos quais 28,6 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,3%.

As despesas com pessoal, no valor de 19,9 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 3,3% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 922 trabalhadores (mais 8 do que em 2019).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um ligeiro acréscimo de 2,2% (em termos absolutos, +191 mil euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (8,9 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um total de pagamentos no valor de 14,1 milhões de euros. Comparativamente ao ano anterior, em 2020, diminuiu 1,3% (-185 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2020, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,353 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,351 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos

normais. Regista-se, assim, uma melhoria face aos valores existentes em 2019, que representavam um total de 1,537 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 8,9 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se**, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 7 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterado pela Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2020, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do RJAL.»

Em seguida, o **Sr. Presidente** faz a leitura da Introdução, cuja transcrição se reproduz na íntegra:

“A sustentabilidade está presente, cada vez mais, e de forma transversal, no quotidiano da organização, e 2020 foi um ano decisivo para essa construção coletiva. E se, em algumas áreas de trabalho, nos encontramos numa fase inicial, de consciencialização e mudança de paradigma, noutras, o Município de Palmela deu, já, passos importantes na sua implementação prática. Tendo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 como orientação estratégica, as equipas municipais promoveram projetos, estudos e ações conducentes a uma maior eficiência energética da organização e do território, à promoção da mobilidade suave, à qualificação do espaço público e preservação de ecossistemas, ao ordenamento do território e reabilitação urbana, à modernização e otimização de redes de infraestruturas, ao bem-estar animal, ao consumo responsável e reforço dos circuitos curtos de distribuição agroalimentar, à promoção da identidade local e dos produtos endógenos.

Mas, também, ao incremento da Educação para Todas/os, ao longo da vida, à acessibilidade em todas as suas dimensões, às relações intergeracionais, à inclusão, à participação cívica plena e informada, ao estreitamento das muitas parcerias, preciosa malha solidária que faz de Palmela um Concelho verdadeiramente rico. Um território de cruzamento de culturas e afirmação dos direitos fundamentais e dos valores da Liberdade, da Democracia e da Paz.

Essa malha solidária foi posta à prova em 2020 - o ano que ficará, para sempre, associado à pandemia provocada pela COVID-19 e ao grave cenário de crise sanitária, social e económica que se lhe seguiu – e deu mostras de enorme capacidade de resposta. Autarquias locais, autoridade local de saúde pública, forças de segurança, IPSS, empresas e grupos informais de cidadãos/ãos uniram recursos e esforços nas mais diversas frentes, colocando as pessoas em primeiro lugar.

Sendo inegável o profundo impacto da pandemia no plano de atividades do Município, com muitas iniciativas canceladas e equipamentos encerrados, em cumprimento de diretivas nacionais, também é inegável o elevado nível de concretização de muitas áreas de trabalho, com redirecionamento de meios para a linha da frente do combate e aplicação de programas de apoio sociais e económicos.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

O Município deu continuidade, em 2020, a vários objetivos de qualificação interna da organização, desde a beneficiação de instalações (em particular, nos Serviços Operacionais) e renovação dos parques de viaturas e máquinas ao reforço de pessoal, com reversão do ciclo de decréscimo. Num contexto de enormes dificuldades e incertezas, sublinha-se a resiliência, a dedicação e a capacidade de rápida reorganização e adaptação contínua das diferentes equipas, que permitiu continuar a assegurar a prestação de serviço público de qualidade e, até, em alguns casos, impulsionar reflexão e inovação.

O Plano de Contingência interno priorizou a segurança e o bem-estar das/os trabalhadoras/es. A reorganização do trabalho - com regimes de rotatividade ou adoção de teletrabalho, potenciando o investimento que vinha sendo realizado no acesso remoto e licenciamento de *software* de produtividade – a adaptação de instalações, o reforço de limpeza e desinfeção de espaços e viaturas, a distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e colocação de dispensadores nos edifícios públicos, a realização de visitas técnicas aos locais de trabalho para conferir ou desenhar soluções de arrumação, a realização de testes serológicos, o acompanhamento próximo de casos suspeitos ou confirmados dentro da organização, bem como da rede de contactos próximos e de trabalhadoras/es em isolamento, e a criação de linhas telefónicas COVID e de apoio psicológico, são algumas das medidas implementadas. A valorização profissional continua a ser um objetivo permanente do Município, que procedeu à alteração de posicionamento remuneratório de 80 trabalhadoras/es, por via da opção gestionária.

Dando resposta à necessidade de aumentar ou qualificar os canais de comunicação com os diversos públicos, o Município efetuou uma revisão dos serviços *on-line* e a migração deste portal para uma versão melhorada e mais acessível, implementou uma nova estratégia de comunicação digital, reforçando a presença institucional nas redes sociais e a produção de conteúdos audiovisuais, e criou um balcão de atendimento e uma linha telefónica dedicadas a questões relacionadas com consumos de água, possibilitando, também, o seu pagamento nas delegações da União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Com limitações no atendimento presencial – assegurado, no entanto, mediante marcação – o recurso ao atendimento telefónico aumentou 41% e tramitaram no Centro de Contacto 16.903 processos, um aumento superior a 200%. O Julgado de Paz de Palmela continuou a afirmar-se como recurso valioso na resolução mais simples e célere de conflitos de pequena dimensão.

Apesar das limitações impostas aos encontros presenciais, os diversos processos participativos integrados no projeto “Eu Participo!” conheceram outras dinâmicas ao longo do ano, com Semanas das Freguesias adaptadas, reuniões internas setoriais e, no caso do público infanto-juvenil, novos recursos educativos digitais, sessões à distância e interação com as famílias. A participação no processo de votação das propostas apresentadas pelas/os cidadãs/ãos para intervenções no território registou um significativo aumento, por via do inquérito digital, sendo o valor dos investimentos incluídos nas Grandes Opções do Plano, no período 2019-2021, superior a 3M €.

No campo da Segurança e Proteção Civil, a ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil foi sinónimo de uma forte articulação entre as diversas entidades envolvidas, que se mantém, e o acompanhamento permanente da situação sanitária, com a realização de pontos de situação diários. Mesmo em momentos onde o acesso a EPI era, ainda, difícil, o Município procurou garantir, no mercado ou com o auxílio de mecenas, quantidades para fazer face às necessidades das suas equipas e distribuir pelas Juntas de Freguesia, movimento associativo, mercados municipais, comércio local, corporações de bombeiros e população. Assegurando o apoio técnico e logístico às visitas a lares e ações de testagem, a criação e apetrechamento de um Centro de Alojamento de Emergência, e a nebulização com antivírico em lares, centros de acolhimento e quartéis de bombeiros, o Município empenhou-se, também, de forma proativa, na campanha de vacinação contra a gripe sazonal, quer através da cedência de espaços ao Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, articulação com associações locais e transporte de resíduos, quer garantindo a vacinação gratuita nas farmácias a 1.376 munícipes, por via de um protocolo com a Associação Dignitude. Defendeu, permanentemente, os interesses do Concelho, alertando para a real dimensão da problemática dos lares ilegais e da necessidade de intervenção urgente, e identificando como públicos prioritários, por exemplo, funcionárias/os e utentes de lares e serviços de apoio domiciliário e bombeiras/os, que estiveram, mais uma vez, na linha da frente do combate a esta crise, no transporte de doentes. O Município manteve o apoio ao funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente e dos Grupos de Bombeiros Permanentes, aos seguros das viaturas e ao investimento, num total de 592.088,54 € e, no âmbito do “Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros de Palmela”, articulou com a Autoridade Tributária a redução prevista de 50% na taxa de IMI, que já teve reflexos práticos este ano.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A inauguração da empreitada de ampliação e requalificação da EB Cabanas deu continuidade ao ciclo de intervenções de fundo no parque escolar, definido para o presente mandato, e no âmbito do qual teve início, também, a ampliação do refeitório e zona coberta da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo). Acrescem múltiplas ações de beneficiação de edifícios, logradouros e EJR, o apetrechamento de vários jardins-de-infância com novo mobiliário e material didático e o início da remoção de coberturas em fibrocimento das EB 2, 3 Hermenegildo Capelo (Palmela) e

José Maria dos Santos (Pinhal Novo), no âmbito de um Acordo de Colaboração com a Secretaria de Estado da Educação, sem esquecer a execução do projeto para o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela. O “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – Eu Conquisto o Meu Sucesso” continuou a capacitar e a estreitar laços entre os diversos atores do processo educativo. Mantiveram-se importantes apoios sociais, como a oferta de cadernos de atividades a todas/os as/os alunas/os do 1.º ciclo da rede pública, a atribuição de 30 Bolsas de Estudo, a distribuição de fruta no 1.º ciclo e pré-escolar e a implementação do Reforço Alimentar, bem como o seu alargamento ao 1.º ciclo.

A COVID-19 teve um profundo impacto nas rotinas e práticas educativas, com as aulas presenciais interrompidas por períodos de ensino à distância. Nesses meses, e durante o verão, o Município assegurou o fornecimento de refeições em regime de *take-away* a crianças desfavorecidas (com entrega ao domicílio para o Agrupamento de Escolas José Saramago, devido à dispersão populacional), adquiriu e entregou às escolas, para empréstimo, 30 computadores portáteis, 75 *hotspots*, uma *box* de televisão, 145 kits de *webcam* e auscultadores com microfone (um por sala de aula) e distribuiu material informático vário, cedido por empresas mecenas. A preparação da reabertura das escolas, no início do ano letivo, contemplou, entre outras ações, a testagem das assistentes operacionais do pré-escolar e refeitórios e dos motoristas que asseguram transportes escolares, a aquisição de termómetros infravermelhos e tapetes desinfetantes para as entradas dos edifícios escolares, a desmaterialização de candidaturas à Ação Social Escolar, a criação de três circuitos de transportes escolares e a oferta de 7.600 máscaras reutilizáveis.

A paragem de diversos setores de atividade originou um aumento do desemprego e das situações de vulnerabilidade económica e social, que mereceu particular atenção, salientando-se isenções/reduções nas tarifas de água ou o alargamento do tarifário social a pessoas desempregadas. O Município complementou a Rede de Emergência Alimentar e a Rede Local de Apoio Alimentar (fornecimento de refeições quentes) com a distribuição regular do Cabaz Solidário Saudável, composto por carnes de aves, beneficiando 692 munícipes. As linhas telefónicas de apoio “Não saia de casa, nós vamos por si” e “Não saia de casa, em linha para si” responderam, no conjunto, a mais de três centenas de pedidos de ajuda. A dinamização de um projeto solidário permitiu reunir 90 costureiras do Concelho, que produziram 5.582 máscaras comunitárias, distribuídas à população mais vulnerável. Os projetos dirigidos à população de idade maior foram adaptados, com propostas de partilha intergeracional e animação, para combater a solidão, e foi reforçado o apoio financeiro às IPSS. Neste período, o Município comprometeu-se a apoiar as candidaturas ao PARES 3.0 que se vierem a ser aprovadas e cedeu terreno à Fundação COI para construção de uma nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. No âmbito do projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, foram entregues e acompanhados 50 equipamentos de teleassistência e foi celebrado o protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, relativo ao funcionamento da

Unidade Móvel de Saúde. A participação do Concelho, pela segunda vez, no projeto europeu "*Network for the Role Models*", a par de iniciativas culturais com dobragem em língua gestual portuguesa e audiodescrição (caso da peça de teatro original do Serviço Educativo "O Natal no Convento da Arrábida") ou do arranque das obras de acessibilidade do Castelo de Palmela, no âmbito da candidatura CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, foram sinais importantes de um território cada vez mais inclusivo. É, ainda, de sublinhar o processo de diagnóstico e elaboração da Estratégia Local de Habitação, concluída e apresentada já este ano.

Em 2020, registou-se o aumento do número e da tramitação de processos relativos à área do urbanismo, que refletem uma nova dinâmica, com reflexos, também, no Centro Histórico de Palmela, em particular, no que respeita à conservação e reabilitação do edificado. Os resultados, à época, desta Operação de Reabilitação Urbana específica foram apresentados em sessão pública, e a conservação do Chafariz D. Maria I, a recuperação do Salão Nobre dos Paços do Concelho e a reabilitação do Largo da Boavista são alguns exemplos de intervenções que o Município levou a cabo no núcleo mais antigo da vila de Palmela, sem esquecer a campanha de trabalhos diversos no Castelo ou o apoio municipal à conservação das igrejas de S. Pedro e da Misericórdia. Em termos gerais, este ano foi fundamental na conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal e na afinação da proposta.

Apesar das condicionantes à relação com o público, a atividade municipal no âmbito da cultura ficou marcada pela capacidade de adaptação, implementação de novos canais e apoio às artes, artistas e movimento associativo. A produção e difusão de conteúdos *on-line* tornou-se prática comum e permitiu a captação de novos públicos. São exemplo o programa "De minha casa vejo o mundo", os programas comemorativos de efemérides como o 25 de Abril e o Dia Mundial da Criança, concursos e eventos para o público infanto-juvenil ou a disponibilização de novos recursos pelas Bibliotecas. No período de verão, os espetáculos ao ar livre permitiram retomar o contacto e potenciar o trabalho de artistas e estruturas locais. Destaque-se a edição do FIAR, que acolheu cerca de 900 espetadoras/es, as "Noites na Fonte", o espetáculo de ópera "*Nessum Dorma*" no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, as comemorações do 20.º aniversário do Centro Cultural do Poceirão e várias estreias dos nossos grupos de teatro, bem como a edição adaptada da Festa das Vindimas, com espetáculos, atividades enoturísticas e momentos simbólicos. No final do ano, a inauguração do Memorial do Arco da Ponte veio perpetuar, através de uma instalação escultórica de três artistas locais, memórias afetivas da população de Pinhal Novo.

A fusão dos Serviços Educativos do Museu Municipal e da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas permitiu o alargamento da equipa e uma maior transversalidade e capacidade de resposta, e as propostas de formação à distância mantiveram a forte dinâmica do programa de Formação para a Comunidade. A ausência e/ou diminuição de público e trabalhadoras/es nos equipamentos culturais favoreceu a reorganização dos serviços e espaços e ações de conservação dos edifícios. Neste período, foi adjudicada a empreitada de requalificação do

Centro Comunitário de Águas de Moura e realizaram-se outras benfeitorias no Castelo de Palmela, nomeadamente, na sacristia da Igreja de Santiago e nos núcleos museológicos da Praça de Armas. A intervenção de natureza estrutural nas encostas entrou, neste período, na sua fase de conclusão. No âmbito da criação de percursos acessíveis no monumento nacional, a campanha de escavações arqueológicas revelou nova informação sobre a vida da comunidade de Palmela de outros tempos, divulgada no Dia Nacional dos Castelos, cuja comemoração integrou, também, o curso "Fortificações Romanas na Lusitânia". São de destacar, ainda, as Jornadas Internacionais de Arqueologia "Terra, Pedras e Cacos do *Garb al-Andalus*" e as exposições "O Alfaiate – uma coleção de Vitor Gaspar" e "*Foi aqui q eu nasci*", sobre Hermenegildo Capelo.

Com o desporto de competição praticamente parado, foi possível, ainda assim, acolher a 7.^a etapa da 82.^a Volta a Portugal em Bicicleta, assinalar os 25 anos dos Programas de Desenvolvimento do Basquetebol e do Judo e dinamizar iniciativas virtuais, que incentivaram a população a permanecer ativa. Além da empreitada de requalificação do Polidesportivo do Poceirão, o Município criou um novo espaço *fitness* na antiga escola da Estação de Palmela, instalou novos equipamentos e superfícies de impacto e conservou vários em ERJ, em todo o Concelho.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Com mais de 900 quilómetros de estradas e caminhos municipais, o Município continua apostado na qualificação da sua rede viária e, em sintonia com as preocupações da população, expressas nos processos participativos, foi muito além dos compromissos para o presente mandato e iniciou ou concluiu, em 2020, a (re)pavimentação de 15 vias, incluindo a primeira fase da Circular Sul à Autoeuropa e a Estrada do Montinhoso, sendo de realçar a extensa lista de trabalhos de conservação permanente assumidos por administração direta. Também no campo da mobilidade, diligenciou projetos de execução dos troços de ciclovia que irão ligar Aires – Setúbal e Quinta do Anjo – Cabanas, promoveu debates para reflexão e esclarecimento sobre o tema e deu um passo decisivo na resolução dos problemas de acesso a transporte público. O Concelho de Palmela passará a ser servido por uma nova empresa transportadora, no âmbito do concurso internacional para a concessão de transporte público rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa, e registará o maior aumento de serviço da região, na ordem dos 148%.

A valorização do espaço público e a promoção do seu usufruto pleno tem sido outra das linhas estratégicas do presente mandato, promovendo-se a consolidação do tecido urbano. Além de projetos e da formalização de diversos parques de estacionamento, é de realçar a conclusão dos espaços exteriores de Fernando Pó, da primeira fase da requalificação do Jardim José Maria dos Santos (Pinhal Novo) e do início da obra de espaços exteriores da Praceta de Cabo Verde,

na Quinta do Outeiro (Palmela). No Cemitério de Palmela, arrancou a obra de reabilitação da Capela e foi realizado um projeto interno para a construção de um novo edifício de ossários.

Na sequência do Plano Metropolitano, Palmela associou-se aos municípios de Sesimbra e Setúbal, à ENA – Agência de Energia da Arrábida, ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa numa candidatura aos EEA *Grants*, com vista à construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas para o território Arrábida, com operacionalização autónoma para cada Município.

Mesmo com limitações no contacto com a comunidade, foi possível desenvolver ações de sensibilização e esclarecimento sobre temas como a biodiversidade da Arrábida, as alterações climáticas, a mobilidade sustentável, a energia ou a compostagem, dar continuidade à plantação de espécies autóctones e remoção de invasoras, e alavancar ou atrair investimentos internacionais em fontes de energia renováveis. Foram desenvolvidos projetos para implementação de sistemas de gestão eficiente de energia para oito edifícios públicos e foram lançados os procedimentos relativos às Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo e ao Cineteatro S. João. No âmbito do trabalho realizado pelo Centro de Recolha Oficial de Animais, deu-se continuidade às ações de esterilização de cães e gatos e foram colocados dois novos abrigos para colónias de gatos. Entretanto, desenvolveu-se um projeto de recuperação do antigo canil, que acolherá um novo gatil e sala de cirurgia.

Em 2020, concluíram-se diversas empreitadas de execução de infraestruturas inacabadas pelos promotores, em particular, em Val'Flores, acompanhando a nova dinâmica de construção, e manteve-se um elevado ritmo de ampliação e/ou requalificação das redes municipais de saneamento (drenagem e elevação de águas residuais domésticas na Lagoa da Palha, início da segunda fase de infraestruturação da Lagoinha, adjudicação das empreitadas de Cajados e de Miraventos/Quinta Tomé Dias/Baixa de Palmela/Quinta das Asseadas nascente) e de abastecimento de água, por exemplo, na Rua Padre José Estevens Dias (Pinhal Novo), Rua do Montinhoso (Venda do Alcaide) e Rua 1.º de Maio e EN 10 (Águas de Moura). Deu-se início, entretanto, às empreitadas de controlo de perdas de água na vila de Palmela e de remodelação de nós na rede de abastecimento de água de Pinhal Novo norte (Sul Ponte).

As alterações dos hábitos e necessidades das comunidades exigem que as autarquias testem e implementem novas soluções, procurando obter ganhos de eficácia e de sustentabilidade. Inscreve-se nesta visão o lançamento do projeto-piloto de recolha porta-a-porta de resíduos sólidos urbanos, papel/cartão e embalagens, numa primeira fase, em Vila Serena e no Bairro Lencastre (Pinhal Novo) e, mais tarde, no Bairro Padre Nabeto e em Aires (Palmela) e nos Portais da Arrábida (Quinta do Anjo). Este serviço abrange cerca de 800 moradias e um total de mais de 2.000 pessoas.

Para responder ao aumento da deposição indiscriminada de resíduos, o Município voltou a reforçar a prestação de serviços, intensificou as campanhas de comunicação e fiscalização, recrutou pessoal (as brigadas municipais responderam, também, no pico da pandemia, à necessidade de desinfeção diária do espaço público), adquiriu equipamento (um aspirador elétrico, um triciclo elétrico, dois desmatadores, uma minivarredoura mecânica) e instalou 55 beateiras e 30 papeleiras. No final do ano, contabilizaram-se 14 mil toneladas de monos e resíduos de limpeza das ruas e 686 toneladas de resíduos verdes encaminhados para compostagem. Apesar dos problemas que persistem com a construção de gares e inadequação das tampas, o aumento do número de ecopontos pela Amarsul, em particular, nas freguesias rurais, refletiu-se no aumento dos resíduos valorizáveis recolhidos.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

A pandemia obrigou ao cancelamento de festas, eventos e certames de promoção turística e de produtos locais e colocou um travão no paulatino crescimento do número de dormidas no Concelho, que havia registado, em 2019, o melhor ano de sempre. O Município procurou estar ao lado de produtoras/es e empresárias/os, desde logo, com distribuição de EPI e um pacote de isenções e apoios diretos, bem como campanhas de promoção de produtos locais e serviços de entrega ao domicílio, articulação com entidades nacionais e internacionais para divulgação, apoio ao empreendedorismo e oportunidades de negócio. A campanha de promoção turística no mercado nacional “Palmela, porque a vida é uma viagem” impulsionou a atratividade do destino e o programa “Viva o Natal no Município de Palmela”, alargado a todo o Concelho, potenciou a visitação. A adesão à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago e a conclusão da primeira fase do projeto, com investigação e definição do traçado, veio concretizar uma ambição antiga da população de Palmela, convicta da sua ligação histórica ao caminho.

A par de importantes investimentos nos mercados de produtores - obras de requalificação em Quinta do Anjo (1.ª fase) e Pinhal Novo – com continuidade em 2021, nasceram ou ganharam novo ímpeto projetos de reforço dos circuitos curtos de comercialização e dinamização local - o Mercado da Aldeia, em Quinta do Anjo, que rapidamente se consolidou, os Mercadinhos de Poceirão ou os Mercadinhos d’A Moura. O lançamento da Rota das Adeagas de Poceirão e Marateca trouxe nova visibilidade a um conjunto de empresas vitivinícolas de grande qualidade, mas menos conhecidas do grande público, e o lançamento dos projetos “Adote uma Saloia” e “Clube da Saloia”, em parceria com a ARCOLSA e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, lançou o alerta sobre a necessidade de preservar esta espécie.

Em tempos de medo e necessidade, a solidariedade faz ainda mais sentido e o Município de Palmela reforçou o seu compromisso de cooperação com o Município da Praia, em Cabo Verde, através do envio de EPI e de mobiliário escolar. Da mesma forma, as empresas Mecenias de Palmela responderam, com enorme disponibilidade e sentido de responsabilidade social, aos

apelos que foram sendo lançados pelo Município, com entregas diretas de EPI, material informático e, principalmente, alimentos aos grupos sociocaritativos do Concelho.

O ano de 2020 trouxe-nos desafios inesperados, criou dificuldades, testou a nossa capacidade de resposta e deu-nos a conhecer a nossa resiliência, individual e coletiva. Os acontecimentos inspiraram, também, a reflexão e consciencialização sobre a necessidade de transformar o ansiado processo de “retoma” global numa oportunidade de fazer melhor, de forma mais sustentável, solidária e inclusiva. A distinção, uma vez mais, como “Autarquia + Familiarmente Responsável” ou os lugares de relevo em *rankings* de entidades independentes, em áreas como eficiência e independência financeira ou transparência, num contexto de concretização de compromissos, boas contas e alívio fiscal para famílias e empresas, motiva-nos a seguir em frente, com confiança no caminho.

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2020, numerada DAFRH 01_15-21, intervêm:

O **Sr. Presidente** acrescenta uma nota final para as/os trabalhadoras/es do Município, que trabalharam num contexto muito difícil e sob uma enorme pressão, porque o recurso aos serviços públicos, não sendo presencial, intensificou-se por outras vias. Muitos dos trabalhadores, laboraram em situações difíceis, tendo sido um período e uma experiência de enorme superação, que permitiu manter níveis de execução, eficiência e resposta muito acima da média daquilo que eram as expectativas dos munícipes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** saúda todos os presentes e os que assistem a partir de casa e refere que o documento apresentado é complexo, com muita informação e que demonstra o que foi o ano de 2020. Existem aspetos relativos à execução que foram influenciados pela pandemia, pois em algumas áreas, por razões externas, era expectável que o Município tivesse uma diminuição de atividade, principalmente nas áreas da cultura, eventos e turismo, por estas áreas terem sofrido uma redução muito significativa num período de 3 ou 4 meses. Assinala que, se é verdade, que a arrecadação da receita desceu por via dos impostos diretos, face a 2019, também é verdade que, relativamente àquilo que era a previsão da autarquia, quando elaborou o orçamento para 2020, arrecadou mais 844.000€ do que previa inicialmente e, ao longo do ano, com as correções efetuadas, recebeu 1.044.000€ a mais, relativamente à previsão efetuada aquando da elaboração do orçamento.

Relativamente à despesa, o maior aumento refere-se às despesas com o pessoal - transferências correntes e subsídios, principalmente o aumento exponencial do subsídio atribuído à Palmela Desporto, superior a 68,9%, ou seja mais 460.000€.

Sublinha alguns rácios financeiros, como a despesa com pessoal que aumenta relativamente ao peso que tem na receita corrente (43,8%), face ao ano de 2019. Existe uma eficácia da receita recebida, face à receita orçamentada na ordem dos 103,7%.

Refere que o problema existente no Município não é arrecadar receita, mas a incapacidade de a executar e aproveitar os fundos disponíveis para resolver os problemas dos munícipes.

No que se refere às Grandes Opções do Plano, menciona que, apesar da crise pandémica, a sua pior execução se verifica nas funções sociais da Autarquia, com uma execução de 77,8%.

Menciona ainda que lhe causa perplexidade o valor de 36% de execução no item da segurança e ação social (1/3 do valor disponível), pois esperar-se-ia um aumento na execução nestas funções. Na habitação, a percentagem de execução subiu, apresentando 67% e no abastecimento de água situou-se nos 73%.

Declara que, nas funções gerais, atendendo à importância destes sistemas numa autarquia para dar resposta aos munícipes e num período de teletrabalho, deveria ter havido um robustecimento deste item, não só de sistemas informáticos, como também na formação, modernização e sistemas de informação da Autarquia. Relativamente ao Sistema de Informação Geográfica a percentagem de execução foi de 49% e na Qualidade e Modernização apenas foi executado 27% do que estava disponível e que já era um valor diminuto.

Informa que relativamente aos programas e projetos de intervenção social, numa época em que a área da intervenção social foi muito relevante, a execução orçamental foi de 24%. Informa ainda sobre as percentagens de execução noutras áreas, nomeadamente, o Centro Histórico 63% e rede de distribuição de água 45%. Relativamente aos projetos de promoção ambiental, muito importantes na educação ambiental, no auxílio às populações e para o entendimento da necessidade de existir um melhor ambiente, apenas apresenta uma execução de 13%.

O plano plurianual de investimentos apresenta uma execução inferior à execução de 2019 e o total geral das várias funções, nomeadamente, gerais, sociais, económicas e outras, ronda os 70%.

A taxa de abstencionismo ronda os 14,9%, tendo-se verificado um aumento face ao ano de 2019, o que pode ser explicado por ter sido um ano atípico, com um maior número de trabalhadores com doença ou em isolamento profilático.

Solicita uma explicação relativamente aos acidentes de trabalho, que tinham vindo a decrescer desde o ano de 2018 e que no ano de 2020, apresentaram uma subida da taxa de incidência de 4,8%, apesar de alguns trabalhadores se encontrarem em regime de teletrabalho.

Alude que apresentou uma proposta, na qual foi referida a necessidade de existir uma linha telefónica dedicada, a trabalhar não só em horário de expediente nos dias úteis, porque a necessidade de ajuda poderá ser precisa a qualquer instante. Refere que está comprovado que a linha teve pouca utilidade. A linha “Não saía de casa nós vamos por si”, registou mais de três centenas de pedidos, mas poderiam ter sido muito mais e a linha “Não saía de casa, em linha para si”, que funcionava todos os dias úteis, entre as 9H00 e as 17H00, recebeu, apenas, 9

chamadas, valor que se situa abaixo daquilo que era a expectativa e daquilo que devia ser um serviço próximo das pessoas. Conclui que, ou as pessoas não necessitaram, o que é estranho tendo em conta o ano que se passou, no qual as pessoas podiam não ter qualquer necessidade mas sentirem-se sós e a precisar de ouvir uma voz amiga, ou às horas que necessitavam não existia a linha, ou ainda, que houve muito pouca divulgação do serviço.

Considera a questão da reparação de ruturas na rede de água uma questão preocupante, porquanto apresenta um grande aumento - de 284 para 352, que é consequente das infraestruturas da distribuição se encontrarem obsoletas. Solicita uma explicação sobre este aumento verificado.

Verifica que houve uma diminuição da limpeza de papeleiras de 60%; uma diminuição de limpeza de lagos; uma diminuição do corte de relva, por metro quadrado e uma diminuição na limpeza e higiene urbana de 188%, que sendo áreas operacionais, não são áreas em que os trabalhadores tenham estado em regime de teletrabalho.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que se trata de um documento muito complexo, pelo que seria necessário ter dado mais tempo à vereação para o estudar. Considere que se deve olhar para o documento, de uma forma excecional e benévola, tendo em conta que também foi um ano de exceção para todos: Governo, Autarquias Locais, Associações de Bombeiros e para tudo o que envolve a economia e o funcionamento do País.

Menciona que o orçamento não foi preparado para encarar a situação pandémica, daí a prestação de contas não poder ser analisada de uma forma mais crítica.

Refere algumas execuções que deverão ser colmatadas no próximo ano, particularmente, os projetos de promoção ambiental e proteção do meio ambiente e conservação da natureza, assim como a habitação social, que ficaram muito aquém do esperado; a segurança e ordem pública e a saúde que também ficaram com taxas por executar.

Conclui que compreende a forma como foram geridas as prioridades no ano atípico de 2020 e quem vier terá que fazer mais sobre estas matérias que ficaram por executar.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** saúda os presentes e quem assistem a partir de casa e parabেনiza a equipa que elaborou o documento, que classifica com extenso e complexo.

Dá nota da evolução, quer da receita, quer da despesa entre os anos 2017 e 2020, que se encontra explanada em todo o documento, sendo possível fazer a análise dos últimos quatro anos. A evolução, no ano de 2020, é mais acentuada na despesa, sendo este facto ilustrativo do modelo de gestão da Autarquia. Existe, nitidamente, a tendência crescente na despesa que se fixa, muito acentuadamente, no ano de 2020. Este aumento na despesa é consequente do aumento dos custos com pessoal e nas transferências correntes e que se irá acentuar, obrigatoriamente, no ano de 2021. Basta analisar os indicadores de natureza financeira que estão no documento e verifica-se que, em 2017 o indicador que analisava o investimento da

Autarquia, estava situado nos 9,3% e em 2020 aumenta para os 17,6%. Menciona que há e houve uma notória vontade de protelar a maior parte do investimento para o período de 2020/2021. Defende que os investimentos deverão ser estruturantes e faseados e não cingidos a um ano.

Declara que com o montante de investimentos já transferido para 2021, esta percentagem irá aumentar substancialmente, de tal forma que receia que no orçamento apresentado para 2021, o único rácio financeiro que se irá manter equilibrado, será este, descendo todos os outros de forma considerável, face ao resultado líquido previsional já foi apresentado.

Refere que, em termos de receitas, os impostos diretos continuam a ser, destacadamente, a maior parte da receita, quer em termos absolutos, quer relativos e que representam, praticamente, 47% das receitas do Município, o que demonstra que a redução gradual do IMI, proposta pela bancada do Partido Socialista e acompanhada pelos restantes partidos e movimentos da oposição, não colocou em risco o equilíbrio financeiro da Autarquia e beneficiou muito o rendimento das famílias.

As transferências do Estado representam quase 30% da receita e nos últimos 4 anos tem apresentado uma tendência crescente, sendo que em 2020, esse crescimento representou mais 726.000€, face ao ano transato.

Relativamente às Grandes Opções do Plano e à sua concretização durante o ano 2020, nota uma percentagem de execução abaixo do que seria expectável, que compreende perfeitamente, face à pandemia que se atravessa.

Ao nível das funções sociais, considera perfeitamente justificável na cultura, por exemplo, se apresentar uma percentagem de execução de 66%, porque tudo foi suspenso durante algum período de tempo.

Menciona que não compreende a causa de apenas se ter cumprido 24% daquilo que estava previsto, a nível de programas e projetos de intervenção social, numa época de dificuldades socioeconómicas das famílias, provocadas, quer direta, quer indiretamente, pela pandemia. Refere que era bom que estas percentagens servissem para se refletir sobre se o que foi realizado foi suficiente ou se se podia ter feito mais. Acredita que se poderia ter ido mais além no apoio às famílias do Concelho.

Na área das funções económicas, existem verbas sem qualquer execução, que poderiam ter sido utilizadas em áreas como o emprego e o empreendedorismo e no apoio à criação de emprego.

Refere ainda, que no capítulo destinado aos relatórios das atividades, realizados pelos serviços se apresenta atípico, pois os números apresentados também são influenciados pela pandemia, facto que não permite, nem fazer uma análise transversal do quadriénio, nem entender se alguns dos temas que abordou ao longo dos 4 anos apresentam algumas melhorias.

Transmite que, quando é referido no relatório que houve um aumento de 200% no Centro de Contacto do atendimento municipal e um aumento significativo do canal de *email*, há que ter em conta que este aumento está relacionado com o facto de os serviços terem estado encerrados e não existir outra forma de lhes aceder e que não está relacionado com qualquer ação concertada levada a cabo pelo Município. Poderão ser efetuadas outras análises semelhantes, contudo o relatório acaba por ser, todo ele, condicionado pela pandemia.

Conclui que os números apresentados demonstram que se poderia ir mais além no auxílio direto, que se poderia ter auxiliado mais as famílias e os agentes económicos do Concelho e demonstra, em seu nome e em nome do Partido Socialista, o apreço para com todos os trabalhadores e trabalhadoras da autarquia que mostraram a sua resiliência e a sua entrega para que todos os serviços funcionassem em prol de todos os munícipes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes e os que acompanham a partir de casa e informa que a área da Educação, no período de março a junho de 2020, sofreu com a pandemia, mas que se tal facto não foi referido nesta sessão é sinal de que continua a ser um eixo estratégico de intervenção da Autarquia que funciona apesar da pandemia.

Na área social, o valor apresentado dos 36% de execução, refere-se à não execução do Projeto PRIA - Unidade Móvel de Saúde, cuja execução foi executada no ano de 2021 e à pista de Check Up que está a ser executada no presente ano, assim como o projeto do Monte Francisquinho que está, também, a ser executado este ano.

Informa que a execução das funções específicas da área social tiveram um aumento, face ao ano de 2019. Os números referentes à área social não correspondem ao total do trabalho efetuado pela Autarquia. Se já não correspondia antes da pandemia, muito menos corresponde em período de pandemia. Todas as equipas, e são em número considerável, tiveram que se reorganizar para acudir à população. Existem muitas verbas que não estão acolhidas na área da ação social e que são referentes a gastos no seu âmbito.

Relativamente aos programas sociais, informa que foram cancelados, pois o objetivo era sair para a rua com os idosos e isso não foi possível.

O Programa “Não saia de casa nós vamos por si”, teve uma adesão bastante grande, o outro programa foi implantado mais tarde e não se revelou necessário porque, felizmente, as famílias, os vizinhos e as juntas de freguesia funcionaram junto de quem precisou.

Informa que os trabalhadores da Autarquia realizavam esta tarefa, de auxílio, entre outras que tinham que realizar e que estiveram sempre disponíveis para auxiliar quem precisasse de ajuda.

Menciona que houve a necessidade de reavaliar os programas e projetos e que a teleassistência, ainda não comentada na presente Reunião de Câmara, foi importantíssima neste período pandémico. As prioridades foram o envolvimento na nebulização, na higienização, fornecer as EPIS às IPSS e às estruturas privadas. A Câmara Municipal, com a orientação da

Proteção Civil e da Autoridade de Saúde, funcionou como um todo, não havendo, à data, a preocupação de determinar qual o sector que desenvolveria determinada tarefa.

Foram, minuciosamente, observadas todas as entidades públicas e privadas relacionadas com os idosos, relacionadas com a deficiência e com a juventude e nem todas estas ações se refletem em verbas. Foram apoiadas as IPSS com o valor de 58.327€, foi respondido, em tempo record, àquilo que a Segurança Social exigiu. Foi dado apoio à Associação de Idosos de Palmela, ao Centro Social de Quinta do Anjo e à Fundação COI com a cedência de um terreno, em direito de superfície, que orça num valor superior a 200.000€, para uma estrutura residencial para idosos na Freguesia de Quinta do Anjo. São estas ações que se traduzem em ação social.

Foi incrementada uma versão mais ativa do “Cabaz Solidário Saudável”, através da distribuição de cabazes de frescos à base de carne de aves, como complemento àquilo que o Banco Alimentar oferece às 217 famílias do Concelho.

Reitera que o Município esteve sempre presente num conjunto de estruturas que estiveram sempre em funcionamento, designadamente, o CPCJ, o atendimento social municipal, as equipas do Rendimento Social de Inserção e a Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal, onde foi analisada a estratégia local de habitação, quando funcionava porque, atualmente, estão com uma superestrutura, que provavelmente irá para AML (margem norte do território).

Refere que apesar do que atrás mencionou, se se comparar o ano de 2019 com 2020, em plena pandemia, o apoio aumentou e que só não aumentou mais devido à questão do Projeto PRIA - Unidade Móvel de Saúde, do Monte Francisquinho e da Pista de CheckUp.

Relativamente à Habitação Social, foi lançada a Estratégia Local de Habitação que foi aprovada no presente ano, mas que as bases de trabalho se realizaram em 2020, informa que 11 imóveis do Parque Habitacional foram alvo de beneficiação e conservação, no valor de 101.845€. O Parque Habitacional tem estado sempre no enfoque da Autarquia, não apenas em termos habitacionais, mas também com a realização de mais de uma centena de atendimentos, para se poder acolher essas pessoas.

No que se refere à área dos Recursos Humanos e à taxa de absentismo (página 308 do documento), uma grande parte das 4.169 horas são referentes ao COVID 19 e ao isolamento profilático. Muitos trabalhadores redirecionaram o seu trabalho para casa, outros trabalharam em “espelho”, pois não podiam estar todos a trabalhar em simultâneo. Presta um louvor ao trabalho executado pelos Recursos Humanos e pela DOSI – Divisão de Organização e Sistemas de Informação, que foi obrigada a criar medidas, para que ninguém ficasse em teletrabalho sem os meios e sem os instrumentos necessários a essa modalidade de trabalho. Os computadores esgotaram e houve a necessidade de, também, apoiar as escolas, com a

manutenção dos seus computadores e dotar os alunos de meios para que pudessem estudar remotamente.

Termina, referindo que houve um momento substancial, em termos de segurança tecnológica, que já vinha a ser desenvolvido desde 2019 e que aumentou em termos de investimento.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e quem vê a partir de casa, e refere que em relação à higiene urbana e às estatísticas dos serviços referido pelo Senhor Vereador Paulo Ribeiro, informa que apenas se limpam as papeleiras quando estas estão cheias e, portanto, sendo o ano de 2020, um ano com muito menos presença no espaço público, houve uma diminuição neste serviço.

Em relação às placas de relva, informa que, para auxiliar os funcionários afetos à higiene urbana, nas ações de desinfeção do espaço público, que duraram 3 meses e que eram realizadas de madrugada ou no período da noite, foram desviados alguns elementos das brigadas de verde, sendo que os trabalhos de corte de relva foram entregues a empresas, razão pela qual a estatística diminuiu. Não representou menos trabalho dos funcionários, representou até um grande esforço destas brigadas que asseguraram os trabalhos necessários, apesar dos 3 surtos que, ao longo do ano, os atingiram, obrigando ao seu isolamento por períodos de 14 dias.

O **Sr. Presidente** esclarece que o documento é extenso, rico e apresenta um nível de detalhe muito acima da média daquilo que se encontra na generalidade das autarquias, sobretudo no relatório de atividades. Crê que, de facto, com mais tempo e uma leitura atenta, permitiria que não se fizessem algumas inferências e algumas deduções, aqui apresentadas, que partiram somente da leitura dos grandes capítulos da denominação da contabilidade autárquica.

Declara que, mencionar a segurança e a ação social, verificar que a execução está longe dos 100% por cento e a partir daí fazer um conjunto de considerações, parece-lhe um caminho pouco aconselhável na análise política. É necessário perceber a que se referem estas rubricas, esta classificação orçamental e esta designação. O Senhor Vereador Adilo Costa deu dois exemplos de obras e investimentos, que estão incluídos no capítulo da ação social, mas que por via do atraso de algumas empreitadas (Monte do Francisquinho) ou da entrega da Unidade Móvel de Saúde (que acabou por acontecer, mas que só foi paga após a sua entrega), a verba respetiva não foi executada. Alguns dos desvios referidos pelos Senhores Vereadores, são relativos à execução financeira de alguns projetos que transitam de ano, sendo por isso pagos nos anos seguintes.

Um outro exemplo, na área da segurança, é o quartel da GNR do Poceirão. À data de hoje ainda estão a ser revistos detalhes do projeto e o mesmo só será pago à equipa projetista após a aprovação do mesmo. Paga-se 30% com a entrega do estudo prévio, mais uma percentagem com a entrega do projeto de arquitetura, mas só com o projeto de execução, especialidades e “chave na mão” é que se liquida o restante valor.

Relativamente às questões ambientais, existe o exemplo do atraso, em alguns meses, na empreitada da Ribeira da Salgueirinha.

O aumento da receita no final do ano, aqui mencionado pelo Senhor Vereador Paulo Ribeiro, deve-se à antecipação da comparticipação do Fundo Ambiental para a Ribeira da Salgueirinha. O Senhor Secretário de Estado e o Senhor Ministro consideraram o estado de adiantamento da obra e para evitar reprogramações e portarias de extensões de encargos no orçamento geral do Estado, liquidou toda a verba da comparticipação do Fundo, apesar da obra se prolongar por mais 6 ou 7 meses deste ano.

Menciona que alguns desvios de execução e concretização, estão relacionados com os problemas que o País atravessa e, as autarquias, as empresas, os investidores privados e o Estado Central se deparam, ao encontrar um conjunto de concursos desertos ou um conjunto de concursos nos quais os preços aumentam exponencialmente. Estas situações estão atestadas em toda a documentação, inclusivamente num artigo publicado no Jornal de Notícias: “Concursos públicos desertos obrigam Câmaras a pagar mais”.

Refere que, embora não goste de fazer estas comparações, comparou, entre as autarquias que já tinham apresentado as contas de gerência e verificou que todas as autarquias do Partido Socialista, na Península, duas na margem norte e, ainda, outras autarquias de outras cores políticas, têm execuções na ordem dos 80,37%; 76,60%; 79%; 75,8%. O Município de Almada apresenta uma execução de 79% porque efetuou uma aplicação financeira de vinte milhões de euros em dezembro de 2020, com resgate em março de 2021. Sem esta aplicação dos vinte milhões de euros a taxa de execução teria sido de 60%. Alcácer do Sal (CDU) apresentou uma taxa de execução de 72,70%.

Os 85% é, no quadriénio, a execução mais baixa, mas é, seguramente, apesar do ano atípico, uma das melhores taxas da Área Metropolitana de Lisboa.

Declara que não está satisfeito com a execução, pois queria tudo terminado a “tempo e horas”, até para que pudesse realizar inaugurações, pois ir-se-á entrar em época de eleições e não lhe fica bem realizar as inaugurações nesse período.

Recorda que 88,24% das propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade na Câmara Municipal, o que significa que, de uma maneira geral, os Senhores Vereadores, concordam com as opções que se têm vindo a tomar em muitas matérias, incluindo em matérias de investimentos.

Menciona que, por responsabilidades que tem na área da proteção civil e no acompanhamento diário das questões da pandemia, é possuidor de informações que, apesar de serem da área do senhor Vereador Adilo Costa, por vezes, não lhe chegam, motivo pelo qual explica que não houve a adesão esperada à linha “Não saía de casa em linha para si”, mas houve alguma adesão e houve resposta. Os parceiros, as juntas de freguesia, as IPSS e outros grupos de

cidadãos que se organizaram e que acabaram por fazer parte da rede, foram durante a pandemia os grandes balcões de resposta pública e social, tendo vindo através destes parceiros, muitas matérias que, posteriormente, foram tratadas na Autarquia. Esta colaboração retirou, em termos formais, o acesso à via telefónica referida.

Sobre a questão do empreendedorismo, esclarece que a questão está relacionada com a incubadora de empresas. As formações, que apresentam um baixo custo, apesar de terem sido realizadas. O grande desvio está relacionado com o facto dos custos da incubadora de empresas ter sido pago no primeiro trimestre do presente ano.

Alerta para o conteúdo do explanado na página 25 do documento, que se relaciona com os pagamentos, em termos de execução e da aquisição de bens de capital. Os problemas com as várias empreitadas e em obras dependentes de pareceres vinculativos de entidades externas, designadamente, das Infraestruturas de Portugal, da EDP, da DGPC, instituições que já demoravam a remeter os pareceres, num ano de pandemia e com trabalhadores em teletrabalho, atrasaram os pareceres e, conseqüentemente, o Município na sua taxa de execução. Por exemplo para executar 400 metros de uma ciclovia, à beira da Estrada Nacional, entre Quinta do Anjo e Cabanas, foram necessários 9 meses para receber um primeiro parecer para corrigir um estudo prévio e mais 5 meses para dar o parecer favorável, condicionado a pequenas correções incipientes, tendo este atraso conseqüências no lançamento do respetivo procedimento.

Na contratação de serviços, é necessário contratar empresas para o corte de relvas, de fenos e para desmatção de terrenos, no âmbito da prevenção de incêndios e não há empresas que concorram, são sempre as mesmas a concorrer e o Município já não as pode contratar porque os *plafonds* dos ajustes diretos ficam rapidamente esgotados. Esta situação atrasa o trabalho da Autarquia, não estando os atrasos relacionados com a vontade ou com a capacidade do executivo investir e de fazer.

Enfatiza que se reduziu no investimento em bens de capital reduziu 0,01% (17,8% para 17,7%), no entanto o maior valor do quadriénio aplicado em investimento é do ano de 2020, que foi em termos de valor absoluto 8,6 milhões de euros e que há-se ser ultrapassado no ano de 2021.

Refere que relativamente às despesas com o pessoal, o aumento está relacionado com a atualização da retribuição mínima garantida, com a atualização dos vencimentos, com o descongelamento de progressões, com a opção gestionária e com a entrada de 8 novos trabalhadores. É desejável que o valor gasto com esta rubrica cresça porque é necessário mais pessoal em várias áreas. Há um equilíbrio das despesas de pessoal, tendo-se registado, por exemplo, uma diminuição na verba do trabalho extraordinário, no valor de 115.000€. Quando há um acréscimo nas remunerações, há também um acréscimo nos pagamentos devidos à

Segurança Social e à ADSE, que rondaram os 88.000€ e que são descontos obrigatórios que pesam nas despesas com o pessoal.

Relativamente aos rácios, menciona que tem a noção que as despesas de capital e de juros com os empréstimos irão ter uma outra expressão nos anos seguintes.

O município continua com uma excelente margem de endividamento, porque alguns dos empréstimos para obras do "Portugal 2020" não são contemplados para esse efeito.

Os pagamentos, que ficam em conferência no final do ano e que transitam de ano, foram reduzidos em 44% - reduziu-se de dez milhões para sete milhões de euros.

A dívida a fornecedores, que é considerada em conferência pelos serviços, também é a mais baixa de sempre. Não há pagamentos em atraso a mais de 90 dias, cumprindo a lei dos compromissos e pagamentos em atraso e registou-se, pela primeira vez, uma das melhores médias de pagamentos - 19 dias.

Na delegação de competências para as juntas de freguesia atingiu-se, este ano, um valor acima dos anos anteriores - 1.142.894€, e este valor seria superior se existissem outras competências, cujos contratos não se puderam celebrar durante o ano, dada a transferência de competências que está para se realizar.

Evidencia que o Município tem dos tarifários de águas, saneamento e resíduos mais económicos da Área Metropolitana de Lisboa, apesar do custo de funcionamento do sistema se situar acima da média dos outros municípios, dada a extensão das redes.

Refere que se regista um crescimento na venda de bens e serviços (página 19), porque se realizou uma afinação das tarifas de saneamento e de resíduos, cuja proposta foi aprovada em Reunião de Câmara, por unanimidade, no entanto, constata-se, na análise financeira deste capítulo que o aumento não cobre as despesas existentes. O Município continua a investir num sistema que não funciona sem subsidiação, uma vez que a receita não cobre a despesa. Pagando à AMARSUL e à SIMARSUL, da receita recolhida sobram 500.000€ que não são suficientes para liquidar os 641.000€ de aquisições de serviços na área dos resíduos, nem pagam os custos diretos, como as viaturas, os trabalhadores e tudo aquilo que é executado por administração direta na recolha de resíduos sólidos urbanos e saneamento. Manter as tarifas nestes valores, num ano em que se deixou de receber receita por via das isenções, de algumas reduções e do escalonamento, é uma opção social do Município.

Declara que, apesar do contexto difícil, houve a capacidade de resiliência e de progresso em algumas áreas porque foi possível fazer acontecer e concretizar projetos e obras.

Embora o documento já não faça comparações a 10 anos, pode verificar-se que, como usualmente acontece, no terceiro ano de mandato existe uma quebra e no último ano de mandato uma ascendência, facto que poderá estar relacionado com um conjunto de obras e projetos.

Conclui que, apesar de ser necessário tomar algumas medidas, os objetivos e as metas foram atingidos e que o documento reflete muito bem a atividade.

Informa que alguma informação não foi preenchida devido às dificuldades sentidas, em termos de pessoal. Com o progressivo retorno do pessoal está a ser recuperado algum trabalho e alguns atrasos já estão a ser debelados.

Agradece a quem, na organização não desistiu, não recuou, pelo contrário se reinventou e se esforçou para manter este nível de resposta e esta capacidade de execução.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que pretende fazer uma declaração final a sua opinião sobre a Prestação de Contas do ano de 2020. Reconhece o esforço dos trabalhadores da Autarquia neste ano atípico.

Considera que esta prestação de contas vem ao encontro daquilo que têm sido os mandatos da CDU neste últimos 45 anos. Muitas promessas aquando da apresentação do orçamento, mas que no entanto vão sendo adiadas para o ano seguinte. Inicialmente o orçamento era de 47.291.000,04€, ao meio do ano aumentou para 58.683.055,00€ por força da incorporação do saldo de gerência para 2019, tendo-se verificado, posteriormente que apenas se executou 50.084.000€. Uma vez mais se adiou aquele valor, para o incorporar no ano seguinte, ou seja, do valor que havia para investir no bem-estar das populações e nos apoios sociais, a Autarquia desperdiçou um quinto do dinheiro disponível.

Menciona que, à semelhança do que aconteceu noutros anos, a informação prestada foi de que este valor transitará para o ano de 2021, situação a que se assiste sistematicamente.

As verbas vão passando de um ano para outro e a resolução dos problemas são sempre adiados até que se resolvam por si próprios, ou passem a não ter resolução.

Relativamente às receitas, verifica que a previsão de arrecadação de impostos diretos foi de 22.463.000€ e verificou-se que a Câmara Municipal afinal, recebeu 23.507.720€, ou seja, mais de um milhão do que aquilo que tinha previsto em impostos diretos.

Declara que, como se demonstra, existia margem para uma proposta apresentada em nome do PSD, para que fosse devolvida parte do IRS cobrado - propunha-se a participação variável no IRS de 4,5% (ao contrário do que foi aprovado de 5%), que implicaria uma perda na ordem dos 363.000€, uma vez que a receita, de IRS, estimada para 2020 era de 3.639.000€. A receita continuaria a ser superior áquilo que a Autarquia previu, podendo ir para o plano de atividade do ano de 2020.

Refere que este adiamento constante provoca inúmeros problemas aos munícipes num ano de crise pandémica, e ainda que, lhe causa estranheza, a insensibilidade da autarquia que apenas gastou 24% da verba disponível para programas e projetos de intervenção social, 63% na reabilitação do centro histórico e 45% na rede de distribuição de água, num ano em que se verificou que a reparação de roturas na rede aumentaram 19%.

Sublinha que, num ano de grave crise social, a pior execução, na área das Grandes Opções do Plano é, precisamente, nas funções sociais, gastando apenas 36% das verbas disponíveis para a segurança e ação social, 67% dos montantes disponíveis para a habitação e 73% no abastecimento de água.

Em matéria de investimento o panorama não melhorou, pois o Plano Plurianual de Investimento, essencial para os problemas que continuam por resolver, apesar dos 45 anos de poder autárquico da CDU, teve uma execução de 70% - inferior a 2009.

Esta prestação de contas espelha aquilo que tem sido o mandato: desperdício de oportunidades, incapacidade de resolução dos problemas das pessoas e dificuldade em encarar a realidade de uma Câmara Municipal que, em vez de resolver os problemas, adia a sua resolução, contribuindo para o seu agravamento, nomeadamente quanto à rede viária, à limpeza e à higiene urbana.

Informa que pelas razões apresentadas votará contra a esta Prestação de Contas de 2020.

O **Sr. Presidente** refere que a declaração de voto do Senhor Vereador Paulo Ribeiro parece ser sempre a mesma e parece não necessitar dos esclarecimentos que lhe foram prestados. Menciona que o Senhor Vereador Paulo Ribeiro insiste na deturpação e na mentira. Não é por repetir sistematicamente a mentira que ela alguma vez será verdade.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não há mentira alguma. Está tudo escrito no documento, pelo que o Senhor Presidente não deverá chamar os outros de mentirosos.

O **Sr. Presidente** refere que o Senhor Vereador Paulo Ribeiro ficará com a sua verdade e com a sua interpretação. Lamenta a incapacidade do PSD para reconhecer aspetos que são notórios, designadamente, o maior investimento de sempre no Concelho e que continua em crescendo e lamenta ainda, que o Senhor Vereador Paulo Ribeiro refira que os problemas das pessoas não são resolvidos.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2020, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e José Calado. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2020.

PROPOSTA N.º DAFRH 02_15-21:

«Nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no art.º 75.º, a obrigatoriedade

de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação, definidos na norma de contabilidade pública 22 (NCP 22) constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, considerando-se que “uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade”.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, **propõe-se** que, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2020, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Contas Consolidadas 2020, numerada DAFRH 02_15-21, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que as contas consolidadas têm o intuito de obter uma visão global da situação financeira do Grupo Municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe, nomeadamente, a Palmela Desporto. O documento está formatado como é habitual. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo, foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. O Município detém participações em outras entidades, nomeadamente, na AMARSUL, na SIMARSUL, ADREPAL.

Em matéria de recursos humanos é feita a caracterização da entidade mãe, a caracterização da entidade quanto à composição do órgão executivo, a caracterização da entidade detida, nomeadamente da Palmela Desporto, informando sobre o capital, o objeto social, o sistema de normalização contabilística, com o inventário de ativos intangíveis e de ativos fixos tangíveis e as respetivas amortizações.

No capítulo terceiro explicam-se que os procedimentos de consolidação, com base nas contas individuais das entidades consolidadas, que já mereceram apreciação, ajustamentos e operações de consolidação. Foram produzidos os documentos do Grupo Municipal de 2020, o balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, demonstração dos fluxos de caixa consolidados.

O património líquido e o passivo do Grupo Municipal equivalem, no ano de 2020, a 103.700.000€ e a 20,3 milhões de euros, respetivamente, sendo o passivo constituído em 75%

por passivo não corrente e 35% por passivo corrente. Em relação ao ano de 2019, o passivo total diminuiu em cerca de 4,3 milhões de euros

O passivo do Grupo Municipal é composto pelos empréstimos de médio e longo prazo, financiamento, contratos de locação financeira, dívidas a fornecedores, diferimentos relativos a proveitos diferidos de subsídios para investimento, acréscimos de gastos e constituições de provisões para riscos e encargos, no montante de 1 milhão de euros

As rubricas com maior peso na estrutura do Grupo Municipal, à semelhança do verificado em anos anteriores, são os custos com pessoal que no caso do Grupo Municipal ascende a 42,5%, os fornecimentos e serviços externos a 26,3% e as amortizações e provisões do exercício correspondente a 16,8%. O total de proveitos do Grupo Municipal atingiu, em 2020, o valor de 47,6 milhões de euros, registando uma variação negativa de 1,5 milhões de euros, face ao registado em 2019.

No anexo às demonstrações são referenciadas outras entidades, sendo a Palmela Desporto detida a 100%; a ADREPAL a 49,1%; SIMARSUL A 4,6%; a AMARSUL a 2,9%; a AMRS a 8,8%; a Associação Nacional de Municípios Portugueses a 0,4%; a AIA A 10%; a AML a 4%; AMPV-Vinhos a 1,7%; Arte em Rede a 6,6% e a Associação de Municípios da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis a 1,5%.

Menciona que se trata de um documento técnico bem elaborado, em conformidade com os documentos da prestação de contas do Grupo Municipal.

Informa que, a certificação legal da prestação de contas e das contas consolidadas não são objeto de discussão e aprovação em reunião de câmara, no entanto, e no decorrer de algumas correções, o Senhor Diretor da área entendeu enviar, a toda a vereação, uma versão preliminar da certificação legal da prestação de contas e das contas consolidadas que serão, posteriormente, objeto de apreciação em Assembleia Municipal.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que relativamente às contas da Palmela Desporto, uma vez que tem um acionista a 100%, que põe dinheiro quando é necessário, não lhe exige muito esforço e os resultados têm sido péssimos. Poder-se-á dizer que dá 2 ou 3 ou 4 mil euros de lucro, mas isso é aleatório e vale o que vale. A Câmara Municipal todos os anos injeta dinheiro nesta entidade e, no ano de 2020, devido à pandemia injetou um valor muito superior. Trata-se de um ciclo vicioso e que um dia terá um desfecho mais favorável, que será a sua extinção e ser a Câmara Municipal a assumir esses serviços.

Relativamente à ADREPAL, instalada no Espaço Fortuna, foi um dos tais negócios, feitos ao longo dos anos e que foi ruinoso para os dinheiros da Câmara Municipal, pois para manter esta estrutura e instalações a funcionar, a Câmara Municipal vai ter que contribuir fortemente.

Termina referindo que deseja que, quem vier a seguir possa tratar os dinheiros públicos de outra forma.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que as contas consolidadas entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto são as únicas que consegue analisar, porque não havendo influência dominante nas outras entidades, essas não estão incluídas no documento.

Com o novo modelo do Grupo Municipal é mais difícil perceber qual é a posição real da Palmela Desporto, em termos de gastos e rendimentos, no entanto, o resultado líquido do exercício é fácil de se verificar, basta analisar os mapas e conclui-se que ficou nos 2.500€. Este valor é preocupante, porque considerando o reforço que o Município fez, no ano 2020, no subsídio de apoio à exploração, o resultado apresentado de 2.500€ traduz que o subsídio referido apenas camuflou um prejuízo estrondoso da Palmela Desporto, mesmo atendendo a que se está num ano de pandemia. O resultado líquido encontra-se no limiar do 0 (zero) para uma empresa que se pretende que seja sustentável.

Menciona que em termos da demonstração de resultados consolidada o prejuízo, de praticamente um milhão e oitocentos mil euros, é fortemente impulsionado pela Palmela Desporto porque, dos 3,9 milhões de euros, incluídos na rubrica de transferências e subsídios concedidos, 1,1 milhão de euros, são adstritos à Palmela Desporto e este valor afeta diretamente o resultado líquido do exercício. Se não tivesse existido este subsídio de apoio à exploração, no valor de 1,1 milhões de euros e que aparece no mapa de fluxos no final do documento, o resultado líquido do Município situar-se-ia nos 613.000€, valor que era satisfatório para todos.

Termina referindo que valerá a pena pensar no tipo de gestão que está a ser implementado na Palmela Desporto.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que se trata de um documento meramente financeiro e contabilístico que é uma obrigação legal e que espelha aquilo que é a intervenção, quer na Palmela Desporto, quer na própria Câmara Municipal.

Menciona que o preocupa o que está espelhado no documento, quanto à Palmela Desporto conforme já tinha falado aquando da aprovação de contas dessa entidade e da subida exponencial do subsídio à exploração, que lhe foi concedido no ano transato.

Informa que votou contra a prestação de contas, por uma questão de apreciação política da atividade da Câmara Municipal e que esta proposta é um mero espelhar da realidade das contas de cada uma das entidades.

O **Sr. Presidente** refere que se está a apreciar um documento técnico e refere que se continua a insistir numa análise desvirtuosa e errada, pois por estudos já efetuados revela-se que a

internalização dos serviços, dos equipamentos e dos trabalhadores da Palmela Desporto na Câmara Municipal era desvantajoso financeiramente para o Município.

Felicita a Palmela Desporto pela Festa do Desporto e da Saúde, realizada anteontem no Pinhal Novo e que reuniu muitos parceiros e agentes desportivos, na qual se registou uma grande partilha de objetivos e de trabalho.

Felicita ainda, a equipa de triatlo e de natação da Palmela Desporto que continuam a ter progressos significativos.

Submetida a votação a proposta das Contas Consolidadas 2020, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Pedro Taleço, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e José Calado. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E PATRIMÓNIO CULTURAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Tarifas das Jornadas de Arqueologia «Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)» - Ratificação.

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_15-21:

«As Jornadas Internacionais de Arqueologia «Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (Do Neolítico ao Período Medieval) tiveram, como data inicial, dezembro de 2020, porém a evolução da situação pandémica obrigou ao seu adiamento, pelo que aconteceram de 17 a 19 de junho de 2021, em formato presencial no Cineteatro S. João. Com um programa ambicioso, de reconhecida qualidade e com uma prestigiada comissão científica, teve como objetivo promover o conhecimento e as linhas de investigação em torno da arqueologia da agricultura, desde o Neolítico até ao Período Medieval.

Teve como entidades apoiantes o CIDEHUS – Universidade de Évora, o Campo arqueológico de Mértola e a Adegas Cooperativas de Palmela (ao abrigo do Programa Mecenass).

Tendo-se verificado que não havia sido submetido à Câmara, em devido tempo, a proposta de tarifas a aplicar às inscrições nas Jornadas, foi autorizada pelo Sr. Presidente a aplicação das tarifas abaixo indicadas, em conformidade com a alínea e) do artigo 33.º e do n.º 3 do artigo 35.º, ambos do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tarifas a aplicar:

- a) € 15,00 para o público em geral;

- b) € 7,50 para estudantes e professores de fora do concelho de Palmela; sócios do Grupo de Amigos do concelho de Palmela; membros do GEsOS; e portadores do Cartão Municipal Idade Maior;
- c) Inscrição gratuita para professores que lecionem no concelho de Palmela; alunos que estudam ou residem no concelho de Palmela; membros do CIDEHUS;
- d) Desconto de 10% sobre o preço de base para portadores do PalmelaTourist Card.

As tarifas estão isentas de IVA, de acordo com o n.º 14.º do artigo 9.º do Código do IVA.

Assim, ao abrigo da legislação anteriormente referida, **propõe-se** a ratificação das tarifas indicadas.»

Sobre a proposta de Tarifas das Jornadas de Arqueologia «Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)», numerada DCDJ_DBPC 01_15-21, intervém:

O **Sr. Presidente** informa que o encontro, apesar das limitações à circulação, teve a participação de umas dezenas de participantes, tendo a comissão científica, os próprios participantes e os meios universitários tecido elogios ao papel do Município e dos seus serviços na promoção desta linha de investigação, para a qual é necessário outros apoios na área da tutela da Cultura e do Património, nomeadamente para fixar em livro a riqueza das investigações que puderam ser assistidas ao longo dos 3 dias das Jornadas. Foram cerca de 80 apresentações, com intervenções, com posters, com trabalho concreto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – COVID-19 – Apoio ao tecido económico local.

Prolongamento da isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para instalação e/ou ampliação de esplanadas.

PROPOSTA N.º DDET 01_15-21:

«Considerando o Município de Palmela a necessidade de manter uma postura pró-ativa na prevenção e no controlo da pandemia COVID-19 e atendendo à aproximação de época alta para a atividade turística, de forma a minimizar os fortes prejuízos causados sobre o setor, entende-se de elevada importância contribuir para a dinamização da área de restauração e bebidas.

Apesar de se fazer sentir alguma retoma, as consequências inerentes ao encerramento e limitação destes espaços, conduziram a uma delicada situação económico-financeira para muitos empresários, trabalhadores e suas famílias, tendo o Município de Palmela já introduzido um conjunto de medidas, de entre as quais se destaca a isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para instalação e/ou ampliação de esplanadas, cuja proposta foi aprovada, por unanimidade, na Reunião de Câmara de 3 de junho de 2020 e prolongada em Reunião de Câmara de 2 de dezembro, do ano transato.

Desta forma, tendo por objetivo continuar a contribuir para apoiar os estabelecimentos de restauração e bebidas, no contexto em que a diminuição da transmissão da doença COVID-19 impôs a redução da capacidade máxima destes estabelecimentos e o favorecimento da utilização de espaços destinados aos clientes em áreas exteriores, como as esplanadas, **propõe-se**, ao abrigo do art. 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, deliberar o prolongamento da isenção do pagamento de taxa administrativa - correspondente ao serviço prestado - e de taxa variável - baseada no princípio do benefício auferido em função do período temporal, da dimensão e do meio de ocupação do espaço público utilizado – previstas no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, até 31.12.2021, referentes:

- (I) À instalação de novas esplanadas abertas e renovação de esplanadas fechadas;
- (II) À ocupação de novas zonas de esplanadas, relativamente a esplanadas já existentes, dotadas de título.

No que concerne ao ponto II, a medida oferece a possibilidade de restaurantes, bares e cafés poderem estender a área da sua esplanada, ou instalá-la noutra local que não a habitual.

A isenção admitida nos pontos I e II, não dispensa o necessário cumprimento do disposto no Regime do Licenciamento Zero e no Regulamento de Publicidade, Mobiliário Urbano e Ocupação de Espaços Públicos, bem como a observância da orientação da DGS n.º 23/2020, de 08 de maio, sem prejuízo das regras previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2021, de 9 de junho, ou na legislação que lhe suceder.

No caso específico de expansão de esplanadas abertas para além dos limites de fachada do estabelecimento a que se reporta, devem apresentar declaração de inexistência de conflitos de interesses com outros estabelecimentos contíguos a serem subscritos pelos proprietários e titulares da exploração.»

Sobre a proposta de COVID-19 – Apoio ao tecido económico local - Prolongamento da isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para instalação e/ou ampliação de esplanadas, numerada DDET 01_15-21, intervém:

O **Sr. Presidente** refere que é pertinente e mais uma forma de apoio para quem trabalha nesta área, apesar de haver recomendações da Autoridade de Saúde relativamente à

ampliação e à utilização de esplanadas para outro tipo de eventos. A ampliação das esplanadas visa, precisamente, criar o distanciamento que é exigível em termos sanitários e se o espaço público assim o possibilitar não deve criar entraves, a não ser que existam questões relacionadas com acessibilidades ou de outra natureza. No ano transato o Município, praticamente, não recebeu taxas de publicidade nem de esplanadas, tendo sido este um apoio indireto muito importante a este setor.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Aprovação da ata em minuta – O Sr. Presidente propõe que a ata da presente reunião de câmara seja aprovada em minuta, o que mereceu a concordância de todos/as.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e vinte e dois minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco